

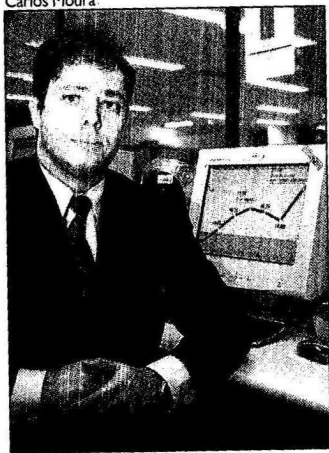
# Cai pressão da dívida

Principal indicador usado pelos analistas estrangeiros para medir os riscos de investimentos no Brasil, a dívida pública começa a dar um alívio à equipe econômica. O endividamento líquido do setor público fechou junho em R\$ 948,669 bilhões, correspondendo a 56% do Produto Interno Bruto (PIB). Em comparação a dezembro do ano passado, quando estava em 58,7%, a relação entre a dívida e o PIB caiu 2,7 pontos percentuais.

Pelas contas do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, com o dólar fechando este mês em R\$ 3,04, a relação entre dívida e PIB baixará mais, para 55,5%, mesmo nível registrado em dezembro de 2002, quando se encerrou o segundo mandato de Fernando Henrique. "Na nossa avaliação, trata-se do dado mais importante das contas públicas neste ano, pois mostra que a dívida está sob controle e com tendência de queda. É nosso principal objetivo", afirmou.

Segundo Altamir, além do superávit primário recorde de R\$ 46,1 bilhões, usado para o pagamento de juros, três fatores estão contribuindo para "a sustentabilidade" da dívida pública: a queda da taxa básica (Selic), a baixa volatilidade dos preços do dólar e a retomada da produção e do consumo. "Com essa conjugação até o final do ano, pode-se imaginar que a dívida pública fechará em torno de 55% do PIB, um número espetacular e confortador", disse o economista Eduardo Velho,

Carlos Moura



## VELHO: PREVISÃO DE UM NÚMERO ESPETACULAR E CONFORTADOR

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mais conservador, Altamir aposta em 57%.

Para ressaltar o impacto da queda dos juros sobre dívida pública, o BC lembrou que, nos doze meses terminados em dezembro de 2003, a Selic estava em 23,75%. Nos doze meses encerrados em junho último, a taxa tinha caído para 18,70%. Foi isso que possibilitou ao governo reduzir os gastos com juros no primeiro semestre (R\$ 61,829 bilhões, 7,71% do PIB) frente ao mesmo período do ano passado (R\$ 74,269 bilhões, 10,27% do PIB). Na opinião do economista Carlos Thadeu Filho, do Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio (UFRJ), esse quadro tende a se inverter, caso se confirme a ameaça do Comitê de Política Monetária de não promover corte na Selic neste ano. (VN)